

Revista do 5º Ciclo de Palestras

Políticas Públicas e Direitos Humanos

Produção de Dados e Indicadores



— Apresentação

O **Plano Municipal de Direitos Humanos de Guarulhos - PMDH** foi instituído pela Lei nº 8.054 em 22 de setembro de 2022, para nortear as políticas públicas de direitos humanos na cidade. Com ele, novos atores foram envolvidos e novas atribuições foram delegadas tanto para o poder público quanto para a sociedade civil.

Em 2023, após reuniões da comissão técnica de implantação do plano de trabalho do *Acordo de Cooperação nº 214/2022*, celebrado entre a Unifesp e a Prefeitura de Guarulhos, foi construído um curso *in loco* com coordenação dos Professores da Unifesp Campus Guarulhos de membros do Observatório de Direitos Humanos. Buscou-se atender à demanda dos servidores públicos da Prefeitura por uma capacitação específica para o monitoramento do PMDH, por meio da formulação de indicadores de direitos humanos.

Aqui estão os registros das palestras que ocorreram durante o *5º Ciclo de Palestras Políticas Públicas e Direitos Humanos*, com o tema **Produção de Dados e Indicadores em Direitos Humanos**. Foram 4 encontros ocorridos no Campus Guarulhos da Unifesp, nos dias 5, 12, 19 e 26 de setembro de 2023.

Agora, em 2024, esta **Revista** é lançada com a proposta de:

- dar transparência às discussões ocorridas no 5º Ciclo;
- servir como instrumento para o monitoramento do PMDH;
- ser referencial para experiências futuras, apontando limitações e também avanços.

Os **Ciclos de Palestras Políticas Públicas e Direitos Humanos** são cursos de formação voltados aos servidores públicos para a melhoria das políticas públicas na área de direitos humanos e sensibilização em relação à sua importância.

Foram iniciados em 2017, tendo edições em 2018, 2019 e 2021. São importantes espaços para o aprimoramento das políticas públicas em direitos humanos em Guarulhos. A edição de 2019, por exemplo, serviu como estágio de preparação para a Consulta Pública do PMDH. Já em 2021, teve como proposta a sensibilização dos servidores quanto aos direitos de crianças e adolescentes e a difusão da atuação municipal no Sistema de Garantia de Direitos.



O PMDH tem vigência de dez anos (2022-2031) e o seu monitoramento foi previsto conforme:

Art. 5º A execução do PMDH e o cumprimento de suas diretrizes, objetivos, ações e metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelas seguintes instâncias:

- I – Secretaria de Direitos Humanos;
- II – Grupo de Trabalho Técnico Intersectorial de Direitos Humanos – GTTIDH;
- III – Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos;
- IV – Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil – 57ª Subseção de Guarulhos;
- V – Comissão Permanente de Direitos Humanos, Cidadania, Habitação, Assistência Social e Igualdade Racial da Câmara Municipal de Guarulhos.

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas nos incisos deste artigo:

- I – divulgar os resultados do monitoramento nos respectivos sítios eletrônicos institucionais;
- II – analisar e propor a ampliação progressiva do investimento público em políticas públicas de direitos humanos, podendo ser revista, conforme o caso, para atender as necessidades financeiras do cumprimento das metas deste PMDH;
- III – analisar e propor a ampliação progressiva de investimento público na defesa de direitos humanos, podendo ser revista, conforme o caso, para atender as necessidades financeiras do cumprimento das demais metas deste PMDH.

§ 2º A Secretaria de Direitos Humanos, após quatro anos de vigência deste PMDH, tornará público estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas, objetivos e ações estabelecidas no Anexo Único desta Lei.

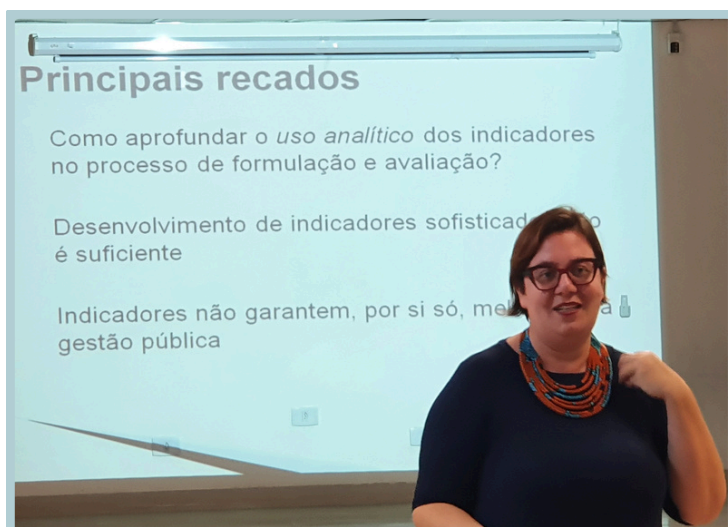




5º Ciclo de Palestras Políticas Públicas e Direitos Humanos

Coordenação Unifesp: Prof. Dr. Bruno Konder Comparato e Profa. Dra. Liana de Paula
Organização e colaboração Unifesp: Giovana L. Campos e Vanessa S. de Oliveira

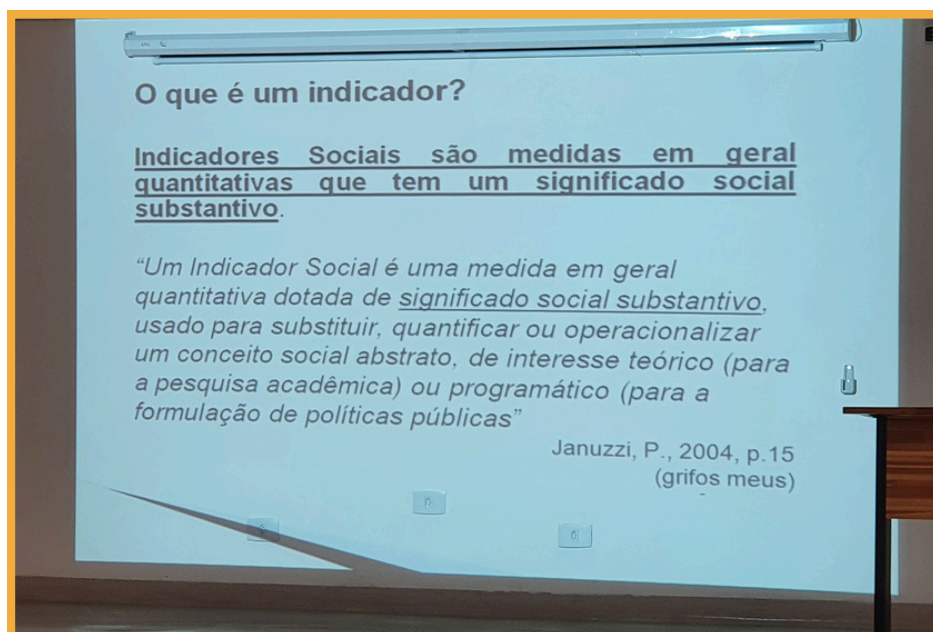
Coordenação SDH Guarulhos: Lígia Gonçalves Dall'Occo e Larissa Bortoloti Aquino
Organização e colaboração SDH Guarulhos: Aline dos Santos Pires, Fernando de Oliveira Vieira, Lucielda de Oliveira Carvalho, Rejane Alexandre da Costa



Aula inaugural

**Indicadores e seus Possíveis Usos na
Gestão Pública - Profa. Dra. Renata Bichir - USP**

— Aula inaugural – 05 set 23



A área de direitos humanos é um tema transversal.

- É preciso avaliar como tirar as intenções do Plano Municipal de Direitos Humanos do papel. Como garantir que ele seja implantado? O que cada subsecretaria já faz no dia a dia que pode ser utilizado para garantir a aplicação do plano.
- É importante pensar na formulação de indicadores para além dos dados. Para onde vamos uma vez que os recursos são escassos? Pensar que os indicadores podem ser desafiadores: com o aumento da demanda por atendimento, é preciso montar uma estratégia de divulgação e, também, protocolos. Como lidar com lógicas distintas?



Indicadores não são só estatísticas.

- O uso analítico de indicadores no processo de formulação e avaliação de políticas públicas é fundamental. Porém, indicadores sofisticados não são suficientes.
- Uma das principais referências em relação à temática de indicadores sociais no Brasil é o Professor e Coordenador Geral da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, Paulo M. Jannuzzi. Em um artigo importante relacionado aos maus usos dos indicadores*, ele menciona que políticas bem intencionadas podem gerar problemas, por isso, é necessária atenção com a formulação de indicadores. É necessário pensar em como aprofundar o uso analítico dos indicadores no processo de formulação e avaliação. E pensar também nas limitações dos indicadores.

*JANNUZZI, P. de M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51 a 72, 2002. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6427>.

O debate dos indicadores começa no conceito.

- Os indicadores de *processo* se referem ao que estou fazendo e quais públicos estou atendendo. De onde está se partindo e onde se quer chegar?
- É necessário pensar que parte das ações da Prefeitura se articulam com escalas federativas. Quais os níveis de planejamento? O estado produz dados administrativos. Como transformá-los em dados analítico? Além disso, é preciso pensar qual o sentido substantivo da meta estabelecida. Como se está monitorando? Quais problemas sociais entram na agenda?



Por exemplo, na área da saúde, saber o número de médicos em Guarulhos não basta.

- Para uma cidade com mais de um milhão de habitantes. Qual o número de médicos por habitantes? Além disso, é necessário avaliar quem acessa ou não os serviços. E a busca ativa para garantir que a política pública chegue a quem precisa? Como usar os dados gerados para monitorar uma busca ativa?
- É necessário definir território e público prioritário para que a política pública chegue a quem realmente precisa.

Outra questão importante é o monitoramento das políticas públicas e sua avaliação.

- Uma vez que ela ajuda a entender as relações causais. Para a melhor aplicação da política pública, é importante criar cadeias de sentido. Para isso é necessário entender também o que está fora do radar do Estado.
- A participação popular através das rodas de conversa com aqueles que são o público alvo de determinada política pública é fundamental, até para evitar o erro da exclusão.



O indicador é uma síntese da realidade.

Para pensar na formulação de indicadores é preciso pensar em aspectos como:

- Quais são nossos públicos?
- Como lido, por exemplo, com as crianças que estão fora da escola?
- Como olho para nossos bairros?

O indicador faz parte de uma disputa de tomada de decisão.

- Um aspecto importante é que nem todo mundo que está num território o conhece. É necessário ir muito além de um *fetichê* de ter um indicador que dá conta de tudo (um indicador guarda-chuva).
- *O que é um indicador?* Trata-se de medidas, em geral, quantitativas que têm um significado substantivo.
- *Pra que serve?* Serve para fornecer subsídios às atividades de planejamento público. Serve para fornecer instrumentos para monitoramento da realidade social. E é usado também para subsidiar a pesquisa acadêmica.
- Não é necessário inventar um indicador. É possível usar fontes sérias como o IBGE, por exemplo. Outro repositório importante de indicadores é o IPEA – Instituto de Pesquisas Aplicadas.
- É preciso cuidado: Dados podem mostrar um aspecto e deixar de lado outro.
- Outras questões importantes são: Como fazer uso dos dados administrativos? Em relação às disputas ideológicas: o Estado ou as ONGs atendem melhor?
- Um aspecto importante em relação aos indicadores é a comunicação das ações. Como comunicar de um jeito didático e produzir evidências do que se está realizando?

1. Formado a partir de estatísticas públicas (que são dados sociais na forma bruta, não contextualizados);
 2. Quantifica uma relação entre as estatísticas;
 3. Pode se referir à totalidade da população ou pode ser expresso como taxas, proporções, médias, índices, distribuição por classes;
 4. Pode ser uma síntese da realidade como o *Atlas da Vulnerabilidade Social*, produzido pelo IPEA.
- As fontes de indicadores para os municípios são as estatísticas públicas. Um exemplo de estatística pública é o Censo Demográfico do IBGE.

Pode-se fazer uma combinação das estatísticas para computar os indicadores tais como análise fatorial e de agrupamentos a partir de taxas e proporção.

Alertas e riscos:

- O indicador não substitui o conceito que o originou: a medida é criada para operacionalização de conceitos, não para substituição destes, especialmente no caso de conceitos complexos. Dentre os riscos estão a *mitificação* de técnicas quantitativas e a *reificação* da medida em detrimento do conceito.
- Em relação à Prefeitura de Guarulhos e a sua experiência com o Observatório de Direitos Humanos, é possível afirmar que ela está seguindo uma tendência nacional. Segundo Paulo Jannuzzi, a tendência dos municípios é a de criar observatórios nos últimos anos.

INDICADOR:

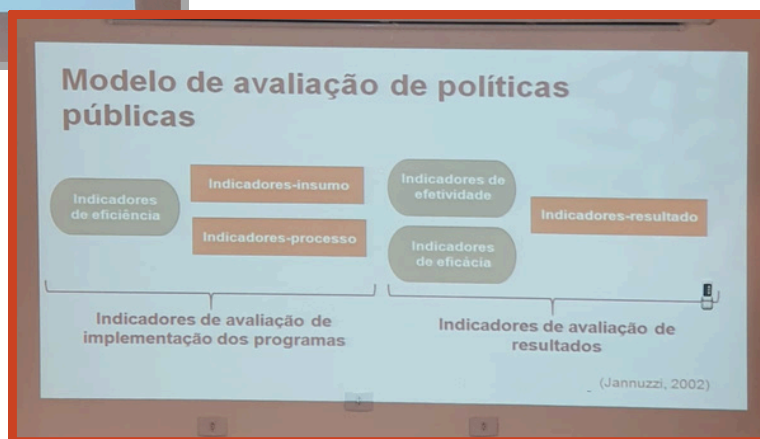
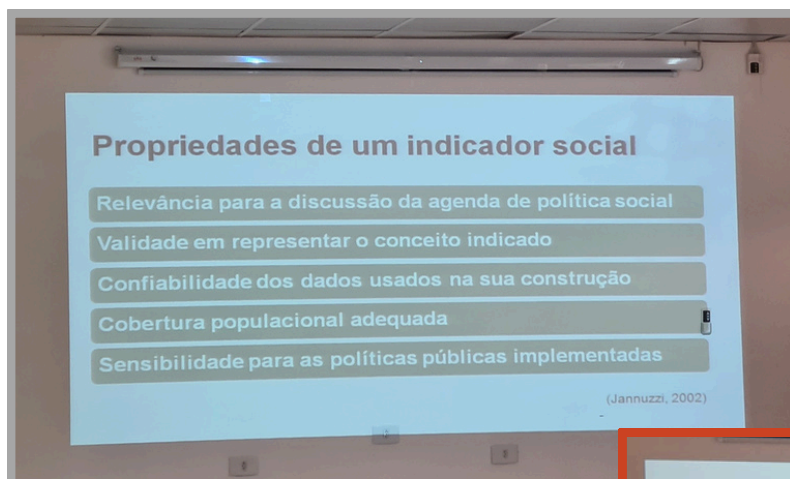


Aula 2

Parte I - Discussão conceitual sobre Indicadores
Profa. Dra. Liana de Paula

Parte II - Políticas Públicas de Direitos Humanos
Prof. Dr. Bruno Konder Comparato

Aula 2 – 12 set 23



Parte I - Discussão conceitual sobre Indicadores - Profa. Liana de Paula

Contexto: A discussão sobre indicadores surgiu em meio a um projeto desenvolvimentista nos anos 1920 e 1930. Nessa época foi criado o PIB (Produto Interno Bruto) como medida para mensurar e comparar a economia dos países.

A partir da década de 1960, o PIB se tornaria uma questão dado que existia um enorme descompasso entre crescimento econômico e bem estar social. Em outras palavras, o crescimento do PIB *per capita* convivia com altos níveis de pobreza e acentuada desigualdade social nos países do Terceiro Mundo.

Na década de 1980, passou-se a discutir indicadores que avaliassem o desenvolvimento social, econômico e a condição de vida da população. Em 1990 foi criado o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) passando a utilizá-lo em seu *Relatório de Desenvolvimento Humano* anual. O IDH resume no longo prazo três dimensões do desenvolvimento humano: saúde, educação e renda.

Indicador: operacionaliza um conceito, isto é, converte o conceito em algo mensurável, observável, quantificável. Ele faz a conexão entre teoria (conceito) e empiria (realidade).



Propriedades de um indicador social (JANNUZZI, 2002)*:



Relevância (para a discussão de agenda);
Validade (em representar o conceito indicado);
Confiabilidade dos dados (como são coletados);
Cobertura populacional adequada;
Sensibilidade (para as políticas públicas implementadas);
Especificidade (em relação aos efeitos);
Inteligibilidade (para agentes e público alvo);
Atualizável (periodicamente);
Desagregável (em termos geográficos, econômicos e demográficos);
Historicidade (para ser comparável no tempo).

Algumas fontes de indicadores são as pesquisas realizadas por agências governamentais, como, por exemplo, o **IBGE, Fundação SEADE**.

“Nem sempre o indicador de maior VALIDADE é o mais CONFIÁVEL; nem sempre o mais CONFIÁVEL é o mais INTELIGÍVEL; nem sempre o mais CLARO é o mais SENSÍVEL; enfim, nem sempre o indicador que reúne todas estas qualidades é passível de ser obtido na ESCALA ESPACIAL e PERIODICIDADE requeridas.” (JANNUZZI, 2002, p. 58)

CLASSIFICAÇÃO DOS INDICADORES (JANNUZZI, 2002)*:

- *Área temática* da realidade social (saúde, educação, etc.)
- *Temáticas agregadas* => sistema de indicadores sociais (indicadores socioeconômicos, de condições de vida, de qualidade vida, etc.)
- *Natureza do ente indicado:*
 - recurso => indicador-insumo [corresponde às medidas associadas à disponibilidade de recursos humanos, financeiros ou equipamentos]
 - **ESFORÇO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS**
- *Realidade empírica* => indicador-produto [variáveis resultantes de processos sociais complexos - medidas representativas das condições de vida, saúde, nível de renda da população]
 - **RESULTADOS**
- *Processo* => indicador-processo ou fluxo [indicadores intermediários, que traduzem em medidas quantitativas o esforço operacional de alocação de recursos humanos, físicos ou financeiros]
 - **ESFORÇO OPERACIONAL**

* JANNUZZI, P. de M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51 a 72, 2002.



Parte II - Políticas Públicas de Direitos Humanos - Prof. Bruno K. Comparato

Discussão da origem e história dos Direitos Humanos**

- Marcos legais:
 - 1789 - "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão" (Revolução Francesa);
 - 1948 - "Declaração Universal dos Direitos Humanos" (Pós Segunda Guerra Mundial);
 - 1998 - "Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional" (para julgar crimes de guerra, genocídio, crimes contra a humanidade).
- Trajetória dos direitos civis (individuais; liberdade de ir e vir; liberdade religiosa; direito à propriedade), políticos (votar e ser votado) e sociais (saúde; educação; previdência): os direitos civis foram necessários para existirem os políticos e, a partir destes, foi possível conquistar os sociais. Na prática: violações por todos os lados.

"Três atitudes que os governos podem ter em relação aos Direitos Humanos:

- Respeitar: evitar a violação deliberada dos Direitos Humanos (trata-se de uma obrigação "negativa" e imediata);
- Proteger: agir no sentido de impedir violações por terceiros (por exemplo regulamentando as atividades das empresas transnacionais);
- Promover: agir no sentido de alcançar o mais rapidamente possível o acesso aos direitos por todos os cidadãos (com a ajuda de instrumentos legislativos, administrativos, orçamentários e judiciais apropriados).***

NÃO VIOLAR DIREITOS
IMPEDIR VIOLAÇÕES
FOMENTAR A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS



** COMPARATO, B. K. Fundamentos filosóficos e históricos dos Direitos Humanos. In: Antonio Simplicio de Almeida Neto; Lucília Santos Siqueira. (Org.). **Direitos Humanos e Cultura Escolar**. São Paulo: Alameda, 2017, v. 1, p. 43-76.

*** Ibid., p. 58.



Aula 3

**Oficina de Construção de Indicadores -
Plano Municipal de Direitos Humanos**

**Prof. Dr. Bruno K. Comparato e
Profa. Dra. Liana de Paula**

— Aula 3 – 19 set 23

Oficina de Construção de Indicadores

1. Divisão dos grupos a partir dos 6 EIXOS do Plano Municipal de Direitos Humanos - PMDH*.

- **Grupo 1:** Eixo 1 - Direitos Humanos na Cidade;
- **Grupo 2:** Eixo 2 - Direitos Humanos para Todos os Grupos Sociais, garantindo a Universalização dos Direitos em um Contexto de Desigualdades;
- **Grupo 3:** Eixo 3 - Direitos Humanos e Participação Democrática;
- **Grupo 4:** Eixo 4 - Educação em Direitos Humanos;
- **Grupo 5:** Eixo 5 - Direito à Memória e à Verdade;
- **Grupo 6:** Eixo 6 - Violação de Direitos, Segurança Pública e Reintegração Social.

ESTRUTURA DO PMDH:

1. EIXO
2. DIRETRIZ
3. OBJETIVO
ESTRATÉGICO
4. AÇÃO
PROGRAMÁTICA

2. Leitura do PMDH dentro dos grupos.

- Refletir sobre o que a política envolve:
 - Quais são as ações?
 - Quem são os responsáveis?
 - Quais são os recursos?
 - Como implementar?
 - Quais são as Secretarias/ Setores envolvidos?
 - Metas de curto, médio e longo prazo.
- Pensar nos Princípios dos Direitos Humanos - quais são os direitos envolvidos dentro do Eixo em discussão.

Pensar para
saber como
monitorar

3. Escolha de duas a três AÇÕES programáticas para discutir os indicadores.

- Dentro de cada grupo, escolher:
 - 1 coordenador (para conduzir as discussões);
 - 1 relator (com o papel de organizar/ sistematizar as informações discutidas para apresentar para os demais grupos).
- Indicador operacionaliza um conceito.

construir
indicadores

Leitura indicada: JANNUZZI, P. M. ; ARRUDA, M. R. Sistema de indicadores para acompanhamento da agenda de direitos humanos no Brasil: apontamentos metodológicos. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 14, n.1, p. 243-247, 2004. Disponível em: http://www.conei.sp.gov.br/ind/ind-direitos_humanos.pdf.

*PMDH está disponível no Portal da Secretaria de Direitos Humanos:
<https://portaldireitoshumanos.guarulhos.sp.gov.br/content/plano-municipal-de-direitos-humanos>



Trabalho
nos grupos





Aula 4

**Oficina de Construção de Indicadores -
Apresentação e discussão dos trabalhos dos grupos**

**Prof. Dr. Bruno K. Comparato e
Profa. Dra. Liana de Paula**

Aula 4 – 26 set 23

Oficina de Construção de Indicadores - Plano Municipal de Direitos Humanos Apresentação dos trabalhos dos Grupos e encerramento

Cada grupo teve 10 minutos para apresentar o resultado de suas discussões: ação programática escolhida; atores envolvidos; público alvo e os indicadores construídos para monitorar a política. A Profa. Liana fez o controle de tempo e mediou os debates. Já o Prof. Bruno fez os comentários pertinentes. A sala também pôde contribuir com sugestões para melhoria dos indicadores e do trabalho do grupo.

Grupo 1 - Eixo 1: Direitos Humanos na Cidade Diretriz 5, Objetivo estratégico I

Ação programática: a) implantar projetos de mobilidade urbana para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e idosos; dotando as instituições de ensino e de saúde, vias públicas, veículos de transporte e prédios públicos de mobilidade física, intérpretes de libras e material em braille, que garantam a universalização destas práticas em nossa cidade.



Grupo 2- Direitos Humanos para Todos os Grupos Sociais: Universalização dos Direitos em um Contexto de Desigualdades

Diretriz 1, Objetivo estratégico I

Ação programática: o) fortalecer a implementação de políticas públicas para as comunidades tradicionais, grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.





Grupo 3 - Eixo 3: Direitos Humanos e Participação Democrática

Diretriz 1, Objetivo estratégico I

Ação programática: f) implementar o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos.

Diretriz 1, Objetivo estratégico III

Ação programática: b) implementar o mapeamento dos fluxos para atendimento da população a partir dos públicos específicos, garantindo a comunicação intersetorial entre o setor público.

Diretriz 2, Objetivo estratégico I

Ação programática: a) garantir que o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos participe do processo de elaboração do Plano Plurianual - PPA e de outras instâncias orçamentárias.



Grupo 4 - Eixo 4: Educação em Direitos Humanos

Diretriz 1, Objetivo estratégico I

Ação programática: a) fomentar espaços formativos para discussão da grade curricular das escolas sob a perspectiva dos direitos humanos, principalmente com gestores.

Ação programática: c) incorporar a cultura de direitos humanos no Projeto Político-Pedagógico de cada instituição de ensino.

Diretriz 2, Objetivo estratégico IV

Ação programática: a) capacitar os docentes da rede pública em relação ao ensino da história local, contemplando e valorizando os povos tradicionais.

Diretriz 4, Objetivo estratégico I

Ação programática: a) a) mapear os espaços que promovem formações e capacitações em Direitos Humanos e Cidadania nos diversos setores do serviço público.



Grupo 5 - Eixo 5: Direito à Memória e à Verdade

Diretriz 1, Objetivo estratégico II
a) restabelecimento e fortalecimento da Comissão da Verdade de Guarulhos ou outras organizações similares empenhadas em levantar informações sobre atos de violência cometidos no passado.

Objetivo estratégico III

Ação programática: a) preservar os monumentos, valorizar as manifestações culturais e promover a ressignificação de símbolos históricos e das culturas da Cidade.



Objetivo estratégico IV

Ação programática: a) criar e expandir, de forma descentralizada, espaços municipais como Centro de Memória que permitam o conhecimento pela população dos fatos ligados ao governo militar no Brasil e à história das comunidades guarulhenses por meio da exposição de registros documentais e visuais, tais como arquivos, vídeos, publicações da época, registro de familiares, fotos, depoimentos e outros.



Grupo 6 - Eixo 6: Violação de Direitos, Segurança Pública e Reintegração Social

Diretriz 3, Objetivo estratégico II

Ação programática: i) desenvolver instrumentos de monitoramento e avaliação da eficácia e efetividade da formação da GCM.

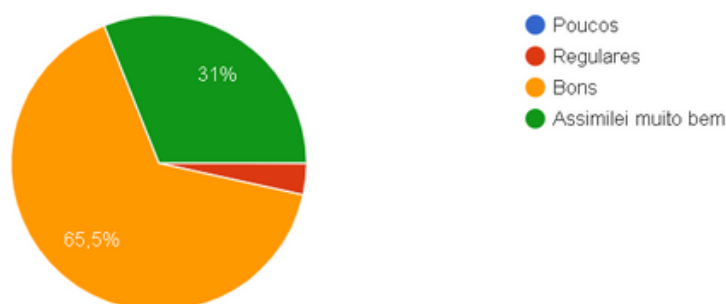
Diretriz 4, Objetivo estratégico III

Ação programática: a) criar programas de reeducação de autores de atos de violência doméstica voltados à conscientização dos danos causados, bem como a desconstrução de padrões comportamentais preconceituosos e discriminatórios estruturantes, visando a não reincidência de tais atos

Avaliação após realização do curso

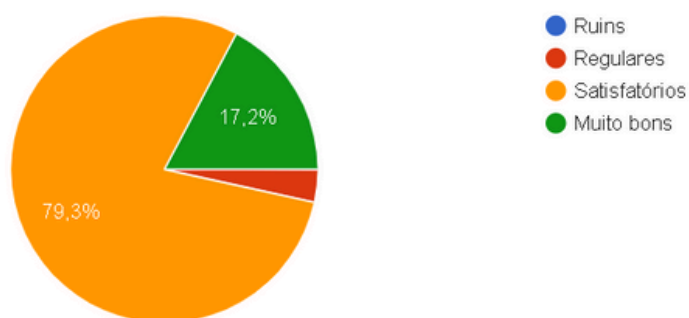
Meus conhecimentos sobre produção de indicadores (APÓS O CURSO):

29 respostas

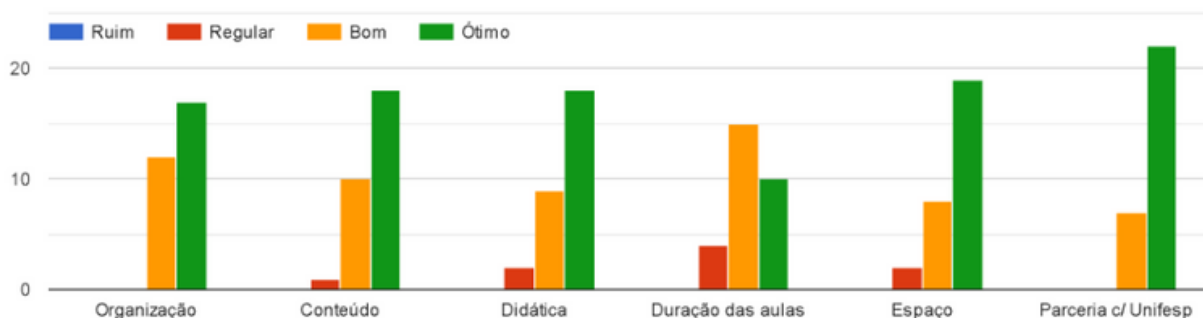


Meus conhecimentos sobre o Plano Municipal de Direitos Humanos de Guarulhos (APÓS O CURSO):

29 respostas



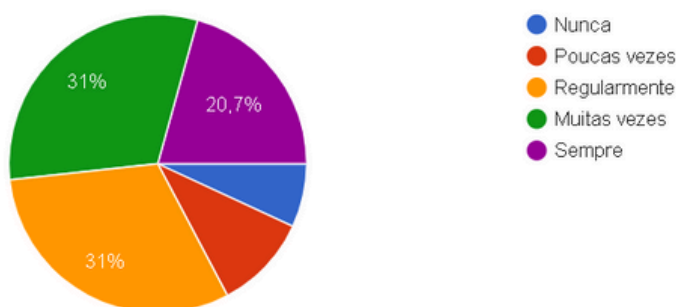
Aspectos gerais do Curso:



Avaliação após realização do curso

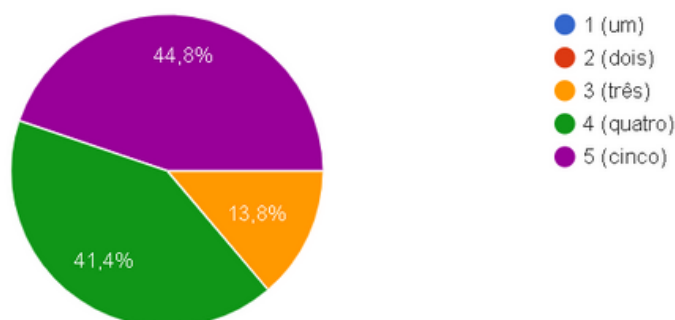
(APÓS O CURSO) Com qual frequência você usará dados e indicadores no seu trabalho?

29 respostas



Auto avaliação (aproveitamento do curso) - atribuir nota (de 1 a 5):

29 respostas



Quais as suas expectativas?

26 respostas, dentre as quais destacamos:

- Aprender mais sobre os impactos dos indicadores na formulação, implementação e execução de Políticas Públicas sob o prisma dos Direitos Humanos.
- Melhorar meu entendimento sobre indicadores - produção, utilização, mensuração.
- Saber produzir indicadores realistas e que possam ser usados.
- As melhores possíveis, instituição renomada, professores com expertise para transmitir conhecimento e um grupo de estudo que pode compartilhar bastante experiência.
- As expectativas são de aprimoramento do trabalho com o conhecimento adquirido, de partilhar experiências com os colegas e contribuir com a aplicação do Plano Municipal de Direitos Humanos em Guarulhos.

Críticas ou Sugestões:

18 respostas, dentre as quais destacamos::

- Duração maior do curso / Horário até 12h.
- Que o próximo módulo seja com aulas quinzenais, para que possamos fazer as leituras dos textos com mais atenção.
- Sugiro aprendizagem continuada.
- Precisamos de mais horas-aula de curso para desenvolver a teoria que aplicaremos no dia a dia.
- Pelo conteúdo ser muito extenso, penso que a carga horária poderia ser maior também, sai do ponto zero evoluindo pra dois, mas com uma boa noção quanto aplicação desse recurso no que tange a avaliação e mensuração dos dados. Acho muito importante a manutenção do grupo pelo engajamento, conhecimento e vivência profissional na área pública. A perpetuação desse trabalho pode contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais humanas na cidade de Guarulhos.